



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 302/11

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Grupo de Escoteiro Verde Canção.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo de Escoteiro Verde Canção, com sede e foro no Município de Maringá.

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Comissões, em 06 de junho de 2011.

  
ALEXANDRE CURI  
Deputado Estadual

  
RELATOR



**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 307/11**

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação do Projeto Luz do Mundo.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação do Projeto Luz do Mundo, com sede e foro Município de Guaratuba.

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Comissões, em 06 de junho de 2011.

  
**ALEXANDRE CURI**  
Deputado Estadual

  
**RELATOR**





**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 320/11**

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Centro Educacional Betel.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Educacional Betel, com sede e foro Município de Guarapuava.

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Comissões, em 06 de junho de 2011.

  
**ALEXANDRE CURI**  
Deputado Estadual

  
**RELATOR**



DER. CAITO QUINTANA  
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PROJETO DE LEI Nº 170/11

SÚMULA: DISCIPLINA A OBRIGATORIEDADE DE TRANSPARÊNCIA, POR MEIO DE DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA, PELAS ENTIDADES PRIVADAS DE UTILIDADE PÚBLICA OU NÃO, QUE RECEBAM RECURSOS PÚBLICOS A TÍTULO DE SUBVENÇÃO E AUXÍLIO, OU PARCERIAS COM MUNICÍPIOS OU ESTADO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1º - As instituições privadas, de utilidade pública ou não, desde que sem fins lucrativos, tais como Organizações Não Governamentais(ONGs); Organizações Sociais com Interesse Público(OSCIPs); Fundações e Associações, que recebam recursos públicos a título de subvenções e auxílios ou parcerias com Municípios ou com o Governo do Estado do Paraná, ficam obrigadas a publicar, mensalmente, independente do valor do convênio, em página eletrônica própria(*Home Page*), na rede mundial de computadores, os demonstrativos das transferências realizadas pelo Governo Estadual ou Municipal e a respectiva prestação de contas, especificando as pessoas jurídicas ou físicas, com o respectivo CNPJ e CPF.

Parágrafo único - A página eletrônica(*Home Page*) será mantida pela instituição beneficiada, sem qualquer ônus para o Poder Público.

Art. 2º - A não observância do disposto no *caput* do artigo 1º acarretará a imediata suspensão do repasse governamental, até a regularização.



14:40 14/03/2011 000796 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

Art. 3º - As instituições mencionadas no *caput* do artigo 1º terão 30(trinta) dias para se adequarem às exigências da presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de março de 2011.

  
Deputado CAÍTO QUINTANA

## JUSTIFICATIVA:

Qualquer entidade que receba verbas públicas, independente do valor, tem o dever institucional de dar publicidade e transparência às suas ações, coibindo assim qualquer tentativa de desvio de recursos ou a má utilização de dinheiro público.

O projeto ora apresentado em nada fere os princípios constitucionais, consagrando os da transparência e da publicidade dos atos públicos. Afinal, as entidade, ao receberem verbas públicas tornam-se responsáveis absolutas por sua correta destinação e devem prestar contas à população.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 170/11**

**Projeto de Lei nº. 170/11**

**Autor: Deputado Caito Quintana.**

**Súmula: Disciplina a Obrigatoriedade de Transparência por meio de Divulgação Eletrônica, pelas Entidades Privadas de Utilidade Pública ou Não, que recebam Recursos Públicos a Título de Subvenção e Auxílio, ou Parcerias com Municípios ou Estado.**

**EMENTA: DIVULGAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS RECEBIDOS POR ENTIDADES PRIVADAS DE UTILIDADE PÚBLICA OU NÃO ATRAVÉS DA INTERNET. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PUBLICIDADE DOS ATOS PÚBLICOS. ARTS. 5º, 37 E 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INICIATIVA PARLAMENTAR AFERIDA. ART. 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caito Quintana, objetiva a prestação de contas das verbas públicas recebidas pelas instituições privadas, de utilidade pública ou não, desde que sem fins lucrativos, tais como ONGS, OSCIPS, Fundações e Associações, através de





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

página eletrônica própria (Home Page), especificando os dados relacionados a operação.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Utilizando da analogia, temos no artigo 5º, inciso XXXIII da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, o direito à informação, senão vejamos:

**Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento).

A publicidade na Administração Pública brasileira está estabelecida como princípio no artigo 37 da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, em seu parágrafo 1º, conforme transcrito a seguir:

**Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).**

**§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

O ordenamento jurídico prevê várias normas que disciplinam a prestação de contas dos gestores públicos ao poder público e à comunidade em geral. O artigo 70 da nossa Carta Magna, parágrafo único, define quem tem a obrigação de prestar contas:

**Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.**

**Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).** (Grifo Nosso).

No que tange a elaboração das Leis dentro do Estado do Paraná, temos na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO**, o seguinte:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)**

Analizando as competências exclusivas do Governador do Estado do Paraná, não encontramos qualquer menção acerca da proposição em tela, sendo que não havendo impeditivo na esfera executiva, temos a legalidade deste Projeto em ser elaborado por um membro da Assembléia Legislativa.

A transparência e a obrigação em prestar contas do dinheiro que advém do povo, ou seja, da esfera pública, é totalmente procedente para que haja uma fiscalização por parte da população e para que não ocorram desvios que prejudiquem as contas do nosso Estado.

Verificado os requisitos constitucionais formais, afere-se que a proposição respeita, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material, bem como, as normas constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO**  
**RELATOR**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Fiscalização da ALP e Assuntos Municipais*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 170/11**

**PREFÁCIO**

*O presente Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Caíto Quintana tem por finalidade disciplinar a obrigatoriedade de transparência, por meio de divulgação eletrônica, pelas entidades privadas de utilidade pública ou não, que recebam recursos públicos a título de subvenção e auxílio, ou parcerias com municípios ou Estado.*

**DA TRAMITAÇÃO**

*Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.*

**DO MÉRITO**

*A publicidade e a transparência aos atos administrativos praticados por entes públicos é um dever que o administrador tem, e assim*

o fazendo, facilita a fiscalização dos recursos públicos, onde são empregados, de que maneira está sendo utilizado, valor.

### DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria de suma importância, um respeito com o dinheiro advindo do cidadão. Assim, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

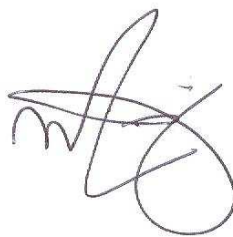
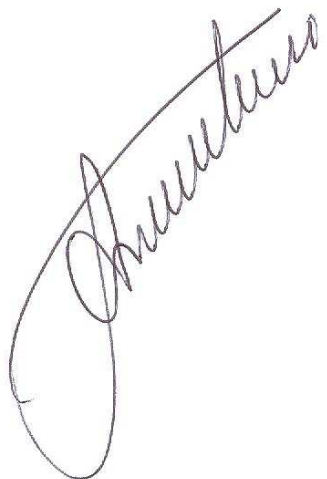
Sala das Comissões, em 18 de maio de 2011.



**DEPUTADO NELSON GARCIA**  
PRESIDENTE



**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
RELATOR







# **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA**

## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº.170/2011**

**SÚMULA:** Disciplina a obrigatoriedade de transparência, por meio de divulgação eletrônica, pelas entidades privadas de Utilidade Pública ou não, que recebam recursos públicos a título de subvenção e auxílio, ou parcerias com Municípios ou Estado.

**AUTOR:** Deputado Caíto Quintana.

**TRAMITAÇÃO:** O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e da Comissão de Fiscalização desta Casa de Leis.

### **ANÁLISE:**

O conceito de cidadania sempre esteve fortemente "ligado" à noção de direitos, especialmente os direitos políticos, que permitem ao indivíduo intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração. O conceito implica, portanto, uma série de valores sociais que determinam direitos e deveres do cidadão, sendo definida como "O direito de ter direito"<sup>1</sup>.

Assim, vemos que a cidadania está ligada diretamente ao tema "transparência", já que é direito dos cidadãos conhecerem o destino dos recursos públicos repassados às instituições, de utilidade pública ou não, mas que os receberam através de parcerias, ou a título de subvenção ou auxílio.

---

<sup>1</sup> Wikipédia



# **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**


*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

A rede mundial (Internet) é um excelente instrumento para essa finalidade, já que o acesso é rápido, público e permite atualizações em tempo real, possibilitando ao cidadão o pleno acesso e conhecimento das transações efetuadas com o dinheiro público.


## **PARECER:**

Diante do exposto, somos de PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei em pauta.

**Sala de Reuniões, em 30 de maio de 2011.**



**DEP. TADEU VENERI**  
Presidente



**DEP. ROSE "LITRO"**  
Relatora



DEP. HERMAS JR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
Gabinete Deputado Hermas Junior

REGISTRADO EM ATA  
ATA Nº 004721828

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.  
Em, 21 MAR. 2011  
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 198/11 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

Súmula: Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As empresas ou entidades prestadoras de serviço que firmarem contratos com os poderes e órgãos da Administração Pública Estadual deverão reservar 10% (dez por cento) do total das vagas de trabalho fixadas nos respectivos contratos, às pessoas com deficiência.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei as deficiências podem ser física, mental, auditiva ou visual.

Art. 2º Quando o cálculo das vagas de cada contrato resultar em fração igual ou superior a cinco décimos arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, ou para o número inteiro imediatamente inferior, quando resultar inferior a cinco décimos.

Parágrafo único. Nos contratos em que o cálculo para a reserva de vagas for inferior a um, fica assegurada uma vaga para as pessoas com deficiência, se o total das vagas previstas no contrato for igual ou superior a cinco.

Art. 3º Os gestores responsáveis pela execução e fiscalização dos contratos, na forma estabelecida no art. 67 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deverão manter o registro atualizado das vagas reservadas às pessoas com necessidades especiais e elaborar relatório anual para ser arquivado juntamente com o contrato.

Art. 4º Nos editais de licitação destinados à contratação de empresa para prestação de serviços de terceirização deverá constar cláusula que especifique a obrigatoriedade do cumprimento desta Lei.

Art. 5º Para os contratos firmados anteriormente à vigência desta Lei, a obrigação da reserva de vagas para pessoas com deficiência dar-se-á no prazo de noventa dias após a publicação desta Lei.

Art. 6º Na hipótese do não preenchimento de vaga por falta de aptidão dos candidatos para o exercício da função, comprovada por certificado expedido pelo

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80560-911

Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4126

Site: [www.hermasbrandaojr.com.br](http://www.hermasbrandaojr.com.br) e-mail: [contato@hermasbrandaojr.com.br](mailto:contato@hermasbrandaojr.com.br)

|  |
|--|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANÁ  |
| PROTOCOLO Nº 6118  |
| EM 22/03/11  |
| <br>FUNCIONÁRIO |

15:00 21/03/2011 00:11:10 MP RECEBIDA EM LEGISLATIVO DO PARANÁ





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete Deputado Hermas Junior

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, a empresa fica dispensada do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei.

Art. 7º As empresas e os agentes públicos que descumprirem esta Lei sujeitar-se-ão às penalidades previstas na Lei federal nº 8.666, de 1993.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala de Sessões, em 23 de fevereiro de 2011.

  
**Deputado Estadual Hermas Junior**

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: [www.hermasbrandaojr.com.br](http://www.hermasbrandaojr.com.br) e-mail: [contato@hermasbrandaojr.com.br](mailto:contato@hermasbrandaojr.com.br)



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete Deputado Hermas Junior

## **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei cria oportunidade de trabalho às pessoas com deficiência, que deverão ocupar pelo menos dez por cento das vagas das empresas prestadoras de serviços de terceirização, cujos contratos com órgãos e entidades da administração pública do Estado prevêem o fornecimento de mão-de-obra.

Na proposta consta cláusula assegurando o mínimo de dez por cento da totalidade das vagas, com reserva nunca inferior a uma vaga, exclusivamente para pessoas com deficiência, desde que esta não seja incompatível com o exercício das funções objeto dos contratos.

O objetivo do projeto está em consonância com o que preceitua a Constituição Federal, que oportuniza a reserva de vagas para os cargos públicos objeto de concurso, para as pessoas com deficiência.

No mesmo sentido, a Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, determina que cabe ao Poder Público e seus órgãos assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos ao trabalho para propiciar seu bem-estar pessoal, social e econômico, devendo dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, tratamento prioritário e adequado para viabilizar formação profissional, e empenho quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns.

Também estabelece a Lei Federal nº 7.853/1989 que o Poder Público deve adotar legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho em favor das pessoas com deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado.

Não menos importante, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estabelece, no art. 93, a obrigatoriedade de reserva de postos em empresas privadas às pessoas com deficiência, cujos percentuais são proporcionais ao número de empregados.

Sala de Sessões, em 23 de fevereiro de 2011.

**Deputado Estadual Hermas Junior**

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: [www.hermasbrandaojr.com.br](http://www.hermasbrandaojr.com.br) e-mail: [contato@hermasbrandaojr.com.br](mailto:contato@hermasbrandaojr.com.br)





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 198/2011.**

**Projeto de Lei nº 198/2011.**

**Autor: Deputado Hermas Júnior.**

**Súmula: Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.**

**EMENTA: INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO. EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS. SERVIÇO PÚBLICO. PORTADOR DE DEFICIÊNCIA. POSSIBILIDADE. GARANTIA E PROTEÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA. ART. 23, II DA CF. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. ART. 128 REGIMENTO INTERNO; ART. 53, XVI DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ. INCLUSÃO DO PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL. ART. 203 DA CF. LEI 8.123/91. DECRETO 3.298/99. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Júnior, tem por intuito destinar 10% (dez por cento) das vagas para pessoas com deficiência nas empresas que firmarem contratos com os poderes e órgãos da Administração Pública Estadual.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Primeiramente, analisando o artigo 1º, inciso V da Nossa Carta Magna, temos de forma análoga que as pessoas com deficiência, assim como a todo cidadão brasileiro, é constitucionalmente garantido o direito ao trabalho, senão vejamos:

**Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:**

**IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Segundo a ONU, no Brasil, 10% (dez por cento) da população é composta de pessoas com algum tipo de deficiência. O Censo 2000 assentou 14,5%, o que corresponde a 24,5 milhões de pessoas (mais precisamente, 24.537.984 PPD's), das quais 15,14 milhões têm idade e condições de integrarem o mercado formal do trabalho, desde que proporcionadas às necessárias condições de acessibilidade.

O artigo 93 da **Lei 8123/1991** contempla a reserva de vagas a pessoas portadoras de deficiência, porém não determina aquelas que tem vínculo com os órgãos da administração pública estadual, mas sim de maneira geral, vejamos:

**Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: (Grifo Nosso).**

**I - até 200 empregados.....2%;**

**II - de 201 a 500.....3%;**

**III - de 501 a 1.000.....4%;**

**IV - de 1.001 em diante. ....5%.**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

A proteção das pessoas portadores de deficiência está elencada no artigo 23, II da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, sendo competência comum entre União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em proteger e amparar as pessoas com deficiência física, senão vejamos:

**Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:**

**II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.**  
(Grifo nosso).

**O DECRETO 3.298/99** veio a normatizar a integração das pessoas portadoras de deficiência no que diz respeito ao mercado de trabalho, conforme artigo 6º, inciso V, vejamos:

**Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:**

**V - ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho;** (Grifo Nosso).

No mesmo Decreto, através do artigo 8º, inciso III, temos o instrumento que habilita a elaboração de legislação específica para a inclusão e benefício das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

III - a aplicação da legislação específica que disciplina a reserva de mercado de trabalho, em favor da pessoa portadora de deficiência, nos órgãos e nas entidades públicos e privados; (Grifo Nosso).

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei no Estado do Paraná, dispõe o **Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:**

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Também com relação a competência para a elaboração de leis, temos no artigo 53, XVI da **Constituição Estadual do Paraná**, a competência da Assembléia legislativa em legislar em matérias de competência comum do acima citado artigo 23 da nossa Carta Magna, a





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

qual cita especificamente sobre as pessoas portadoras de deficiência física.

**Art. 53.** Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

**XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal; (Grifo Nosso).**

A Carta Magna ciente da importância da inclusão do portador de necessidade especial introduziu, como uma de suas diretrizes, a habilitação das mesmas. O artigo 203, inciso IV estabelece de forma clara a inclusão do portador de necessidade especial, a fim de sanar ou diminuir a dificuldade decorrente desta necessidade. Vejamos:

**Art. 203.** A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

**IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

E, analisando as competências exclusivas do Governador do Estado do Paraná, não encontramos qualquer menção acerca da proposição em tela, sendo que não havendo impeditivo na esfera executiva, temos a legalidade deste Projeto em ser elaborado por um membro da Assembléia Legislativa.

Em assim sendo, temos que através da legislação acima explanada, que a Assembléia Legislativa do Paraná é competente para legislar sobre a matéria objeto do Projeto de Lei, pois não existe matéria específica que regulamente a inclusão no mercado de trabalho no âmbito das empresas prestadoras de serviços dos órgãos da Administração Pública.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na **LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98.**

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

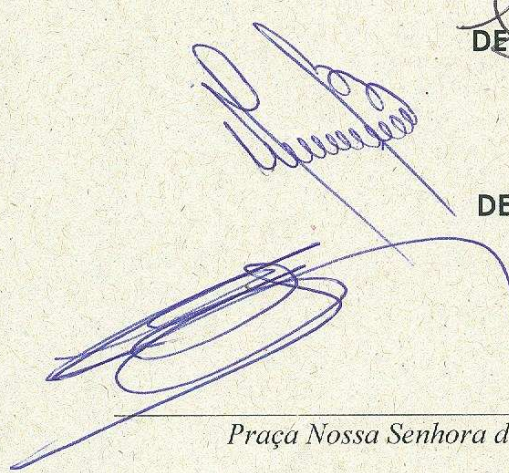
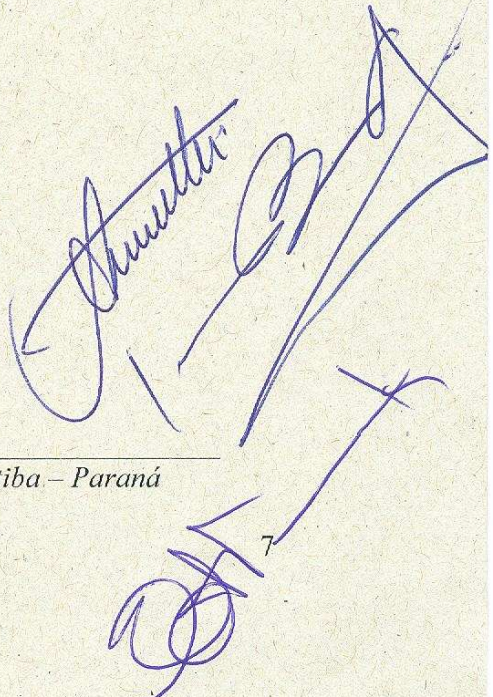
Sala das Comissões, 10 de maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**

**RELATOR**

  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

### **PARECER AOS PROJETOS DE LEI N.º 198/11 E 364/11**

Os Projetos de Lei n.º 198/11 e 364/11, de autoria do Deputado Hermas Brandão Jr. e Deputado Bernardo Ribas Carli, respectivamente, que tem por objetivo destinar 10% (dez por cento) das vagas de emprego, aos portadores de deficiência, nas empresas que firmarem contratos com os poderes e órgãos da Administração Pública Estadual.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer.

### **ANÁLISE DO MÉRITO**

Segundo a ONU no Brasil 10% da população é composta de pessoas com algum tipo de deficiência. O Censo 2000 trouxe a estimativa de 14,5%, o que corresponde a aproximadamente 24,5 milhões de pessoas, das quais 15,14 milhões tem idade e condições de integrarem o mercado formal de trabalho, desde que presentes as condições de acessibilidade.

De maneira geral os portadores de deficiência física tem suas possibilidades de emprego reduzidas e por consequência uma renda diminuída, assim a concessão das cotas de emprego em empresas privadas que contratam com o setor público no Estado do Paraná faz deste Projeto de Lei um diploma muito importante para auxiliar na defesa da igualdade.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, damos parecer favorável e somos pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2011.

  
**Deputado Tadeu Veneri**  
**Presidente**

  
**Deputado Ney Leprevost**  
**Relator**

  
IVSC



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
**PARECER AOS PROJETOS DE LEI Nº 198/11 E Nº 364/11**

**PREÂMBULO**

Os projetos de lei em tela, de autoria dos Deputados Hermas Brandão Junior e Deputado Bernardo Ribas Carli, **ambos anexos**, visam determinar a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

**DA TRAMITAÇÃO**

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania desta Casa, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

**DO MÉRITO**

Esta matéria visa dar oportunidade de trabalho às pessoas com deficiência, que deverão ocupar, pelo menos, 10% (dez por cento) das vagas das empresas prestadoras de serviço **com contratos junto à Administração Pública do Estado**.

A intenção é estabelecer em lei o vínculo com os órgãos da administração pública estadual, pois a reserva de vagas às pessoas portadoras de deficiência se encontra contemplado em legislação federal e estadual.



## DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer ela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 04 de maio de 2011.



**DEPUTADO ANDRÉ BUENO**  
**PRESIDENTE**



**DEPUTADO NEY LEPREVOST**  
**RELATOR**



*(Handwritten signature)*